



## **RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO PIBID PEDAGOGIA - GESTÃO ESCOLAR COM FOCO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR PARA A DISLEXIA**

Aryane Oliveira<sup>1</sup> - UEM  
Silvia Alessandra Schaplinsky<sup>2</sup> - UEM  
Eliana C. Navarro Koepsel<sup>3</sup> - UEM

EIXO – PSICOPEDAGOGIA, EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO.

Agência Financiadora: CAPES

### **Resumo**

Este relato refere-se as atividades e estudos desenvolvidos pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), Projeto Pibid de Pedagogia, com foco na gestão escolar, se direciona ao acompanhamento dos processos de organização do trabalho pedagógico, cujo o objetivo é refletir e participar das ações pedagógicas: ensino, aprendizagem, avaliação – na perspectiva de quem coordena esse trabalho na escola, no caso, diz respeito à atuação do pedagogo no colégio. No início do ano letivo em reunião conjunta pibidianos, supervisores e coordenação definem as ações e estudos que nortearão o trabalho do grupo no semestre. Em 2016 os estudos e as ações foram direcionados à educação especial. A escolha adveio do volume de encaminhamentos e avaliações recebidas pela escola no início do ano. O objetivo da ação foi subsidiar as ações pedagógicas relacionadas ao ensino, aprendizagem e avaliação no âmbito da educação especial, buscando estabelecer orientações para um trabalho que atenda as especificidades do aluno com dislexia; nesse aspecto o intuito foi oferecer ao professor de sala de aula informações para planejar um trabalho que permita ao disléxico reorganizar a sua aprendizagem. Dispomos este relato de forma a expor os caminhos trilhados que nos permitiram compreender a efetivação da educação inclusiva e as inúmeras possibilidades que o pedagogo tem para subsidiar as práticas pedagógicas que contemplem as singularidades dos educandos na instituição de ensino. Concluímos que a atuação do pedagogo na coordenação do trabalho pedagógico exige dele o conhecimento de várias áreas, inclusive da educação especial. Nesse

---

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia na Universidade Estadual de Maringá - UEM. Bolsista: Projeto Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Participante do projeto: Atividades Alternativas para Pessoas com Necessidades Especiais. E-mail: aryanezavatinioliveira@gmail.com

<sup>2</sup> Professora de educação infantil na rede privada de ensino. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Ex-bolsista do Projeto Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Graduada na especialização de Educação Infantil Histórico Cultural. Participante do grupo de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação – GEPEFI. E-mail: silvia\_mga@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutora em educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora Adjunta da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Departamento de Fundamentos da Educação (DFE). Coordenadora do Projeto Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) Pedagogia foco em gestão escolar. E-mail: ecnkoepsel@uem.br.

aspecto, o trabalho desenvolvido contribuiu para nossa formação, pois identificamos os desafios das instituições para a concretização da educação inclusiva.

**Palavras-chave:** Pibid. Inclusão. Dislexia.

## **Introdução**

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) é uma iniciativa da CAPES<sup>4</sup> com o intuito de aperfeiçoar e valorizar a formação de professores para a educação básica, em todas as licenciaturas. O Programa concede bolsas aos acadêmicos de licenciatura participantes do Pibid, promove a inserção dos acadêmicos em escolas públicas durante a formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob a orientação de um docente da licenciatura, professores e pedagogos da rede pública de ensino, os quais têm a função de subsidiar atividades presenciais dos pibidianos<sup>5</sup> na universidade e nas escolas parceiras.

Este relato refere-se ao Projeto Pibid de Pedagogia, com foco na gestão escolar, que se direciona ao acompanhamento dos processos de organização do trabalho pedagógico, cujo objetivo é refletir e participar das ações pedagógicas: ensino, aprendizagem, avaliação – na perspectiva de quem coordena esse trabalho na escola, no caso, diz respeito à atuação do pedagogo no colégio. O programa é desenvolvido em dois colégios de Maringá: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal e Colégio Estadual Juscelino Kubitschek de Oliveira. Nesses colégios os pibidianos dividem-se em três grupos com seis acadêmicos cada. Dois grupos atuam no Colégio Gastão (períodos matutino e vespertino) e o outro no Colégio JK (período vespertino), do qual provém este relato de experiência.

No início do ano letivo em reunião conjunta pibidianos, supervisores e coordenação definem as ações e estudos que nortearão o trabalho do grupo no semestre. Em 2016 os estudos e as ações foram direcionados à educação especial. A escolha adveio do volume de encaminhamentos e avaliações recebidas pela escola no início do ano. Cabe a coordenação pedagógica fazer esse levantamento e os encaminhamentos devidos. Registra-se as dificuldades das instituições de ensino em efetivar a inclusão considerando as particularidades e as dificuldades específicas de cada aluno, em especial quando as políticas públicas para esse atendimento são falhas.

---

<sup>4</sup> Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

<sup>5</sup> Acadêmicos bolsistas do PIBID.

Deparar-se com essa demanda levou-nos a refletir sobre a importância dos conhecimentos teóricos e normativos para orientar o corpo docente para lidar com as especificidades dos alunos de forma a proporcionar a eles o aprendizado e, por consequência, o desenvolvimento.

A ação primeira na universidade foi estudar, conhecer o campo teórico e a legislação específica. Na escola a primeira atuação foi o levantamento dos laudos, indicações médicas e avaliações periódicas dos alunos. Nesse processo, decidimos escolher um caso e a partir dos estudos específicos elaborar orientações pedagógicas aos professores das disciplinas. A escolha foi de um caso de Dislexia e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, apresentando muitas dificuldades de aprendizagem e concentração.

As vivências na instituição escolar permitiram perceber como é complexo o trabalho a ser efetivado com os alunos diagnosticados com a dislexia, do qual se caracteriza como um distúrbio específico da linguagem em que o sujeito apresenta dificuldades em decodificar os símbolos gráficos e os fonemas. De acordo com os escritos de CAMPOS; JACOBSEN apud IANHEZ; NICO (2002) “[...] a criança falha no processo da aquisição da linguagem com frequência, incluídos aí os problemas de leitura, aquisição e capacidade de escrever e soletrar”. Consideramos importante pesquisar sobre esse distúrbio, pois notamos que os laudos mais frequentes são de alunos com dislexia, sendo necessária uma intervenção pedagógica para melhor desenvolver o ensino e aprendizagem desses educandos diagnosticados.

Com o aluno escolhido passamos a acompanhar os processos de ensino-aprendizagem em diferentes disciplinas, conhecemos as suas provas. Já que o intuito era apresentar práticas pedagógicas que considerem as especificidades pedagógicas desse aluno.

Organizamos este relato de forma a expor os caminhos trilhados que nos permitiram compreender a efetivação da educação inclusiva e as inúmeras possibilidades que o pedagogo tem de subsidiar as práticas pedagógicas que contemplem as singularidades dos educandos na instituição de ensino.

### **Educação inclusiva: primeiras aproximações**

Nos encontros realizados na universidade discutimos os aspectos legais e históricos da Educação Especial, em especial na efetivação do atendimento nas instituições de ensino. Em primeiro momento, realizamos pesquisas que nos direcionaram a compreender a historicidade e os avanços alcançados nas legislações brasileiras, para a efetivação da educação inclusiva no âmbito educacional.

Historicamente, no Brasil os alunos diagnosticados com deficiências físicas e mentais eram caracterizados como doentes, anormais e que teriam que ser segregados, encaminhados para asilos e hospitais psiquiátricos. Somente a partir dos de 1950 foram criados espaços que possibilitariam condições para o atendimento aos educandos com necessidades especiais. No ano de 1954 foi criado o Instituto dos Meninos Cegos e em 1957 o Instituto dos Surdos-Mudos, ambos no Rio de Janeiro.

De acordo com Marquezine e Lopes (2012), a Declaração de Salamanca ocasionou mudança em aspectos mundiais no que se refere ao ensino especializado, no Brasil a preocupação foi propagando e desenvolvendo leis que possibilitaram o subsídio para efetivação da inclusão especial nas instituições de ensino, da qual promove o acesso, propicia o conhecimento científico e adapta a estrutura física de acordo com a necessidade do educando.

A Constituição Federal de (1988) definiu que a educação é um direito de todos os cidadãos, e deve ser garantido o acesso e permanência, com caráter democrático de igualdade plena para todos educandos, sem exclusão, conforme define o art. 208:

III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - 1º - Acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo;

V – Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

A Constituição Federal de (1988), definiu no âmbito escolar a inclusão dos alunos com necessidades especiais, cabe à instituição de ensino adequar o espaço físico conforme as especificidades de cada educando, levando em consideração a acessibilidade.

No ano de 2001, a Resolução CNE/CEB nº02/2001 deliberou em seu artigo 3º o que se entende por educação especial:

Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001).

Os espaços de atendimento e as escolas especiais buscam efetivar o que está explícito na legislação, visando desenvolver um suporte pedagógico que possibilite a apropriação do conhecimento, para que os alunos sejam adaptados no ensino regular. Segundo Marquezini e

Lopes (2012, p. 45), foi criado por meio do decreto nº 6571/2008 o atendimento especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais, entendendo o acolhimento especializado como “[...] o conjunto de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, em aspecto complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular”.

A Instrução nº 016/2011-SUED/SEED estabelece critérios para o atendimento educacional especializado em Sala de Recursos Multifuncional Tipo I<sup>6</sup>, na educação básica – área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos. Essa sala é um espaço organizado com materiais didático-pedagógicos, equipamentos e professores com especializações na área, tem como objetivo apoiar o sistema educacional, no atendimento às necessidades educacionais especiais do aluno que esteja matriculado na rede estadual de ensino do Paraná.

Legalmente, todos os cidadãos têm o direito de se matricularem em classes comuns do ensino regular, recebendo os atendimentos necessários para que participem de todo e qualquer processo de aprendizagem como também tenha acesso ao currículo escolar oferecido aos demais estudantes contendo diversidade nos instrumentos de avaliação, possibilitando o acompanhamento dos avanços de estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, participação em todas as atividades educativas, esportivas, culturais e sociais, desenvolvidas no contexto escolar.

Diante das vivências proporcionadas pelo Pibid, tivemos também contato com o trabalho desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncional Tipo I do colégio. Em Maringá são poucas as escolas que possuem esta sala, quando não há, os alunos diagnosticados são encaminhados às escolas que ofereçam o atendimento especializado. Sendo a Resolução CNE/CEB 4/2009 que regulamenta o apoio aos educandos com deficiências físicas, auditiva, visual, intelectual, transtorno global do desenvolvimento (distúrbio do espectro do autismo) e altas habilidades/superdotação.

As observações permitiram constatar as dificuldades em efetivar a educação inclusiva, Silva e Jacobsen (2012) relatam que não há um modelo para efetivar a educação inclusiva, os Estados buscam implementar a inclusão educacional de forma a oferecer ao atendimento

---

<sup>6</sup> A Instrução nº 020/2010 - SUE/SEED define orientações das Salas de Recursos Multifuncionais Tipo II, para organização e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado na Área da Deficiência Visual. A Instrução nº 010/2011-SUED/SEED estabeleceu critérios para o funcionamento da Sala de Recursos Multifuncional Tipo I – para a Educação Básica na Área das Altas Habilidades/Superdotação.

pedagógico, porém muitas vezes, não alcançam o resultado esperado. Os autores complementam que com a implementação das Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de currículos inclusivos o Estado do Paraná passou a trabalhar com a “[...] proposta de implementação de uma cultura de inclusão educacional” (SILVA; JACOBSEN, 2012, p. 52). Visa a adequação das questões arquitetônicas (acessibilidade) e também o atendimento pedagógico escolar focando na diversidade de necessidades.

O intuito central se baseia na implementação de uma rede educacional que visa a diversidade no âmbito educacional especializado. Cabe destacar que as instituições de ensino devem incluir esse atendimento no Projeto-Político Pedagógico e no Regimento Escolar, devendo abranger todos os aspectos referentes ao atendimento especializado e ao currículo desenvolvido para os alunos que precisam desse suporte. Silva e Jacobsen (2012) referem-se ao atendimento de “[...] práticas pedagógicas diversificadas que possibilitem situações de acessibilidade curricular, metodológica e avaliativa que minimizem os problemas de aprendizagem” (p.52).

A partir dessa perspectiva a Secretaria de Estado da Educação do Paraná- SEED busca estabelecer critérios, junto ao Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional (DEEIN), que possibilitem a efetivação da inclusão nas redes básicas de ensino, permitindo que o currículo leve o educando ao desenvolvimento e quando necessário tenha apoio educacional.

Entende-se que o acesso pode permitir a superação das dificuldades e a adaptação do aluno no contexto escolar. Isto porque, cada atendimento especializado tem como objetivo de desenvolver o educando e assegurar uma educação de qualidade com metodologias que propiciem seu progresso. Tendo por objetivo desenvolver diversas atividades, com uma avaliação diagnóstica, qualitativa e processual, sendo um momento significativo no processo de ensino e aprendizagem do educando.

### **Pibid: estudos e práticas**

O Pibid – com foco na Gestão Escolar realiza suas reuniões às quartas-feiras na universidade, que são coordenadas por um professor da Instituição de Ensino Superior. Esses encontros têm o intuito de promover estudos acerca do tema abordado, realizar planejamentos e discussões. Nesse ano, com o intuito de aprofundar conhecimentos, professores pesquisadores da área da Educação Especial foram convidados para proferir palestras e cursos aos acadêmicos.

A primeira convidada a contribuir com o grupo foi a Professora doutoranda Márcia Marussi, desenvolve doutorado em Educação com ênfase em Educação Especial pela

Universidade Estadual de Maringá (2014), atua como Técnica Pedagógica no Núcleo Regional de Educação de Maringá (NRE), tem experiência como professora da educação básica do estado do Paraná na modalidade Educação Especial, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e no Ensino Superior.

A segunda convidada foi a Professora Dra. Maria de Jesus Cano Miranda, doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (2011), professora adjunta da Universidade Estadual de Maringá, atuando principalmente nos seguintes temas: deficiência mental, educação especial, desenvolvimento e aprendizagem. Nesse período o grupo dedicou-se às leituras, revisão de literatura e discussão sobre a educação especial. Vimos que a temática é muito ampla.

Na escola em que atuamos, o empenho foi para compreender a organização do atendimento aos alunos. Ao examinar os laudos encontramos diversos casos de dificuldade no processamento auditivo, Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Dislexia, Ansiedade, entre outros.

A partir do levantamento realizado escolhemos um caso, o de um aluno que possui laudo médico e avaliação psicopedagógica confirmando a Dislexia e o TDAH, porém focamos o trabalho na Dislexia. Esse aluno tem 12 anos de idade, cursa o 6º ano do ensino fundamental e frequenta o colégio desde o início do ano de 2016. Pelo histórico escolar, observamos que ele teve duas reprovações, sendo no 2º e no 4º ano. Esse aluno frequenta a Sala de Recursos em outro colégio, pois no colégio em que estuda não tem o atendimento, a professora responsável da Sala de Recursos trabalha com as especificidades apresentadas pelo aluno, auxilia em atividades e avaliações periódicas, tivemos a oportunidade de conversar com ela sobre o trabalho que desenvolve.

Conhecemos também as documentações internas da instituição, como é feito o processo de identificação dos alunos com laudo e aqueles que têm indicações de especialistas. É importante destacar que alguns laudos são acompanhados de instrução para a prática do professor, ou seja, aquilo que seja necessário em sala de aula para os educandos.

Quando o professor ou o coordenador pedagógico percebe que o aluno tem dificuldades ou alguma deficiência, antes de tudo, busca fazer a anamnese e após conversa com os pais para que possam solicitar a autorização para o encaminhamento a um especialista médico. Quando definido diagnóstico, os professores são orientados para o melhor atendimento pedagógico.

Após observamos as aulas dos professores e o trabalho da equipe pedagógica, tivemos a oportunidade de conhecer o aluno, em conversa ele relatou suas dificuldades em conseguir se

apropriar do conteúdo. Ele relatou que compreende o que está sendo explicado pelo professor, mas pelo que entendemos, se perde e após a professora expor o conteúdo para a turma toda, ele acaba confundido o que lhe fora solicitado. Afirmou que têm mais dificuldade com a disciplina de inglês e que nas outras matérias vai bem, não tem dificuldade. Observamos que ele apresenta uma oralidade boa, seu maior desafio encontra-se na concentração em uma tarefa por mais tempo e para transferir para o papel seu raciocínio.

Em relação as aulas, percebemos a dificuldade da professora de conciliar atenção para todos os educandos, de fato é complicado, visto que o tempo é muito escasso e a quantidade de alunos é grande. No dia da observação, assim que a professora virava ele copiava as respostas das atividades do final do livro.

Realizamos uma visita na Sala de Recursos que o aluno frequenta, a professora dessa sala desenvolve atividades com jogos, desafios matemáticos, exercícios de português que trabalham as habilidades cognitivas e auxiliam nas tarefas da escola. De acordo com a professora o aluno tem facilidade nas resoluções de desafios matemáticos, mas não consegue reter com facilidade as informações, é preciso buscar atenção dele para o que está fazendo. O educando tem dificuldade em realizar atividades com conversas paralelas, sua atenção se retém para a conversa do outro e se perde no que está fazendo. A professora especializada procura desenvolver a autonomia do aluno, para que encontre estratégias de aprendizagem, é uma forma de o incluir na responsabilidade e compromisso com seu desenvolvimento de aprendizagem.

Ao observarmos as provas realizadas pelo aluno, encontramos dificuldades de compreensão do que estava sendo solicitados, em algumas avaliações os enunciados não estavam tão claros, em alguns casos a questão não tinha enunciado, o que prejudicava ainda mais o entendimento.

A partir de todas essas observações buscamos realizar um trabalho orientador para os professores, para tanto, organizamos uma tabela informativa, nela definimos dislexia (a partir dos autores estudados), listamos as características e indicamos sugestões para o caso específico. Tivemos a oportunidade de conversar com duas professoras do aluno observado, assim como orientamos os pais e para o próprio aluno. Cabe destacar, que o trabalho desenvolvido teve o intuito de possibilitar uma breve orientação e aguçar a curiosidade do professor para cada vez mais estudar sobre o assunto em questão.

Durante a elaboração da orientação e com os estudos realizados, nós pudemos observar a relação do pedagogo com a educação inclusiva, verificando quais são as medidas adotadas



para promover o desenvolvimento e aprendizagem de todos os alunos, sendo esse o eixo norteador pretendido para realizarmos a atividade desse semestre.

### **Considerações finais**

Segundo Taques, Carvalho, Boni, Fank, Leutz (2010), a escola tem a função de democratização dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, a qual é um espaço de mediação entre sujeito e sociedade. Partindo desse pressuposto todos os educandos tem o direito de aprender. A equipe pedagógica tem a função de intervir na efetivação dessa educação “[...] constitui como trabalho do pedagogo, especialmente junto o professor de cada disciplina, na condução do processo de transmitir-assimilação dos conteúdos” (Taques, Carvalho, Boni, Fank, Leutz, 2010, p.36).

Para complemento, Taques, Carvalho, Boni, Fank, Leutz (2010) citam Libâneo (1990) que defende que o pedagogo em seu exercício profissional propicia suporte ao trabalho docente, ao utilizar dos conhecimentos próprios da sua função, dos componentes técnicos-práticos, psicológicos, sociopolíticos, decorrentes das ciências auxiliares da educação no ato educativo.

O sistema ao qual estamos inseridos compete um leque de diversidade econômica, cultural, social e educacional, esta organização busca classificar os sujeitos como heterogêneos, ao possibilitar o acesso aos educandos que precisam de um atendimento especializado os tratam como iguais, é nesse sentido que a inclusão se limita. “Ao negarmos a diferença, oferecemos aos chamados “iguais” oportunidades desiguais para o desenvolvimento de suas potencialidades, assim como para o acesso ao mundo do trabalho e das relações sociais” (ALBUQUERQUE, 2012, p.22). Em conformidade com a autora compreende-se que a inclusão sem pensar em especificidades implica em exclusão.

Segundo Albuquerque (2012) o papel da escola é de transmitir o conhecimento científico, bem como utilizar de metodologias adaptadas para que o aluno com necessidades especiais consiga acompanhar o ritmo da turma. Cabe salientar que a maior preocupação não deve estar voltada unicamente às questões arquitetônicas, visto que a acessibilidade não está configurada somente nas questões de acesso, o qual é fundamental para o educando com necessidades, desse modo é preciso conciliar o acesso e apropriação do conhecimento científico, sendo considerada em seis contextos “[...] acessibilidade arquitetônica, a comunicacional, a metodológica, a instrumental, a programática e a atitudinal” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 24). Esses propiciam a dimensão da educação inclusiva como um

todo, não preocupando somente com as questões do espaço físico, e sim, com o cognitivo, intelectual, social e cultural.

Diante desse entendimento, nós realizamos esse processo quando efetivamos esse trabalho com os professores, o qual permitiu compreender o contexto do aluno e suas dificuldades, vimos que sua necessidade está entrelaçada a metodologia adquirida pelo professor em sala de aula. Na maioria das conversas que tivemos com os professores, eles relatam a dificuldade de atender os alunos que precisam de um atendimento especializado. Como mencionamos anteriormente, vimos que a maior necessidade estava na intervenção, de como agir com esse aluno, assim buscamos efetivar uma orientação aos professores, para tal proposta, nos baseamos em todos nossos estudos e autores que nos orientaram na construção do material.

A partir das experiências vivenciadas no período de trabalho com o tema, compreendemos o quanto a atuação do pedagogo na coordenação do trabalho pedagógico exige dele o conhecimento de várias áreas, inclusive da educação especial. Nesse aspecto, o trabalho desenvolvido contribuiu para nossa formação, pois identificamos os desafios das instituições para a concretização da educação inclusiva.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Rosana Aparecida. Atendimento especializado no contexto da educação básica. In: MORI, Nerli Nonato Ribeiro; JACOBSEN Cristina Cerezuela, organizadoras **Inf\_ Inclusão escolar e acessibilidade na sociedade contemporânea: pressupostos filosóficos**. Maringá: Eduem, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/ceb nº 2/2001**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf>.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/ceb nº 4/2009** Brasília, DF, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf).

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

CAMPOS, Renata Adriana de Oliveira; JACOBSEN, Cristina Cerezuela. Transtornos Funcionais Específicos da Aprendizagem e a Inclusão. In: MORI, Nerli Nonato Ribeiro; JACOBSEN, Cristina Cerezuela. (Org.). **Atendimento Educacional Especializado no Contexto da Educação Básica**.

MARQUEZINE, Maria Cristina; LOPES, Esther. Atendimento especializado no contexto da educação básica. / Nerli Nonato Ribeiro Mori, Cristina Cerezuela Jacobsen, organizadoras Inf\_\_ **Atendimento Educacional Especializado (AEE)**. Maringá: Eduem, 2012.

SILVA, Márcia Aparecida Marussi; JACOBSEN, Cristina Cerezuela. Atendimento especializado no contexto da educação básica. In: MORI, Nerli Nonato Ribeiro, JACOBSEN Cristina Cerezuela, organizadoras Inf\_\_ **Fundamentos da Educação Especial**. Maringá: Eduem, 2012.

TAQUES, Mariana Fonseca; CARVALHO, Paulla Helena Silva de; BONI, Ana Carolina S. Duarte; FANK, Elisane; LEUTZ, Marilda Alderton. **O papel do pedagogo na gestão e suas possibilidades de mediação do currículo**. Curitiba: SEED, 2010.